

ÍNDICE

CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	13
1.1. Apresentação e enunciado do problema	13
1.2. Sistematização do trabalho	25
1.3. Pertinência do tema	26
1.4. Delimitação terminológica	28
 CAPÍTULO II. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E SUA RELAÇÃO COM A CONCORRÊNCIA DESLEAL	 31
2.1. Os princípios da livre concorrência e da imitação livre	31
2.2. A concorrência desleal e a relação com os direitos privativos de propriedade intelectual	37
2.3. A cláusula geral de concorrência desleal e a sua relação com a concorrência parasitária	50
2.3.1. Breves notas sobre a evolução legislativa da concorrência desleal	50
2.3.2. Alcance da cláusula geral do proêmio do artigo 311º do CPI	53
2.3.3. Elementos da cláusula geral do artigo 311º do CPI	58
2.3.4. Atos de aproveitamento. Distinção entre imitação servil e concorrência parasitária	64
 CAPÍTULO III. HIPÓTESES DE ATOS DE CONCORRÊNCIA PARASITÁRIA	 71
3.1. A concorrência parasitária e a sua relação com as marcas notórias, as marcas de prestígio e as denominações de origem e indicações geográficas	71

3.2. As criações protegidas pelo direito de autor podem ser alvo de atos parasitários? Quais os limites que devem ser observados?	92
3.3. A utilização parasitária de ambientes interiores e de ornamentação de fachadas de estabelecimentos comerciais	97
3.4. O uso de palavra-chave (“keyword”) na Internet e a concorrência parasitária	103
3.5. A publicidade e a concorrência parasitária. A publicidade comparativa. Aplicação do artigo 311º, 1, “c”, do Código da Propriedade Industrial	112
3.6. O uso parasitário de base de dados como direito “sui generis” caracterizado pela legislação específica	123

CAPÍTULO IV. ANÁLISE DE ALGUNS REGIMES JURÍDICOS SOBRE A CONCORRÊNCIA PARASITÁRIA

4.1. França	130
4.1.1. Noções gerais sobre o regime jurídico francês	130
4.1.2. A unidade entre concorrência parasitária e atos parasitários	133
4.1.3. O caso L’Oréal vs. Bellure	136
4.1.4. A relevância da apropriação da reputação e do trabalho alheio	139
4.2. Itália	147
4.2.1. Noções gerais sobre o regime jurídico italiano	147
4.2.2. O conceito de lealdade profissional (<i>correttezza professionale</i>)	150
4.3. Alemanha	157
4.3.1. A origem da cláusula geral da concorrência desleal	157
4.3.2. O modelo social da concorrência desleal	161
4.3.3. A exploração da reputação alheia como uma das hipóteses de concorrência desleal. Alcance da Sec. 4, §3 (antiga Sec. 4., § 9, da UWG 2004)	163
4.4. Reino Unido	169
4.4.1. Noções gerais sobre o regime jurídico britânico	169
4.4.2. Requisitos e pressupostos da ação de <i>passing off</i>	170
4.4.3. Algumas evoluções e contradições da ação de <i>passing off</i>	172
4.4.4. As repercussões do caso L’Oréal vs. Bellure no Reino Unido	179

4.4.5. Há espaço para <i>misappropriation</i> no regime jurídico britânico?	182
4.5. Brasil	183
4.5.1. Noções gerais sobre o regime jurídico brasileiro	183
4.5.2. Algumas hipóteses de concorrência parasitária	188
4.5.3. A aplicação do artigo 209º do Código de Propriedade Industrial	193
CAPÍTULO V. O REGIME DA CONCORRÊNCIA PARASITÁRIA NA ORDEM JURÍDICA PORTUGUESA	195
5.1. Os pressupostos da concorrência desleal atípica parasitária	195
5.1.1. Relação de concorrência entre os agentes económicos	200
5.1.2. Ausência do elemento “confusão direta”	204
5.1.3. Caráter global e sistemático da imitação	208
5.1.4. Desnecessidade de efetivo desvio de clientela	212
5.1.5. Criações intelectuais e iniciativas empresariais com singularidade, que não estejam vulgarizadas	213
5.1.6. Ausência de vinculação a direitos privativos	215
5.2. A apropriação indevida do trabalho e da reputação alheia como fundamento da modalidade de concorrência parasitária	219
5.3. A relevância e alcance dos requisitos de globalidade e sistematicidade	230
5.4. O parasitismo sem relação de concorrência	236
5.5. O enriquecimento sem causa na concorrência parasitária	243
CAPÍTULO VI. NATUREZA JURÍDICA	255
6.1. Teorias discutidas	255
6.2. Teoria adotada	263
CONCLUSÕES	267
BIBLIOGRAFIA	271
JURISPRUDÊNCIA	285